

O SENTIDO DA AUTOMATIZAÇÃO NA ANÁLISE DE DISCURSO: SOBRE A MAQUINARIA DOS SENTIDOS

Cristiane Dias*
LABEURB/UNICAMP

Resumo: *O presente artigo discute os sentidos de automatização nos trabalhos da análise de discurso desenvolvidos pelo grupo de Michel Pêcheux na França ao longo da segunda metade do século XX. Destaca-se aqui principalmente o modo como esses sentidos afetavam as concepções de leitura e arquivo dos trabalhos. Ao final, questiona-se como a análise de discurso pode questionar a automatização hoje quando se propõe investigar o discurso digital e o modo como aí se relacionam leitura e arquivo.*

Abstract: *This article discusses the senses of automation in the discourse analysis works developed by Michel Pêcheux's group in France during the second half of the twentieth century. The main point here is how these senses affected the reading and archiving conceptions of the works. In the end of this article, we question how discourse analysis can challenge automation today when it proposes to investigate digital discourse and how reading and archiving relate to it.*

1. A Linguística e a cibernética

O que pensar a *automatização* enquanto processo discursivo pode nos fazer compreender a propósito da constituição dos sentidos? Mais do que isso, ou a partir disso, o que a *automatização* pode nos fazer compreender sobre o discurso e sobre a maquinaria dos sentidos? Seria a *automatização* ela própria essa maquinaria, determinante dos processos de leitura?

Essas são algumas questões que mobilizaram essa reflexão, que não começa aqui, mas que é a continuidade e também um desdobramento de um trabalho que comecei mais ou menos em 2012, sobre a cibernética e os saberes linguísticos, publicada sob o título *Movimento da cibernética, saberes linguísticos e constituição do sujeito*¹. Nesse texto, a partir de um estudo sobre o grupo de pesquisadores que fizeram

parte das conferências Macy, que deu origem à cibernética, busquei compreender a “ideologia da comunicação” numa sociedade significada pela urgência do dizer. E mais do que isso, como essa ideologia funciona no campo da Linguística, pelo/no estabelecimento de suas teorias e disciplinas, em busca da língua perfeita, o sentido exato, a minimização da polissemia, das ambiguidades, dos equívocos do dizer pela negação da poesia da língua, a fixação pelo significado, pela estrutura ideal, ou seja, a asepsia do sentido, o trabalho mesmo de sua maquinaria...

Naquele texto, que retomo aqui rapidamente, me interessava o movimento intelectual da cibernética no que diz respeito à conjuntura do pós-guerra e ao papel das ciências humanas nessa conjuntura. Como esse projeto tecnocientífico saído da guerra poderia ter deixado marcas na constituição das ciências humanas e sociais?

Segundo estudo de Dupuy (1996, p. 101-102), o contexto social e político pós-guerra se definia por um trauma generalizado pelas sociedades estupefatas. Nessa conjuntura, a saúde mental foi um tema de grande importância. E a Fundação Macy (uma fundação médica filantrópica) financiava organizações criadas ou desenvolvidas para promover a saúde mental e o estudo do cérebro humano. É, portanto, afirma Dupuy (p. 102) “a fé no poder curativo, libertador e pacificador das ciências do homem” que anima os ciberneticistas.

Um novo campo chamado “personalidade e cultura” se desenvolve no período pós-guerra e nele se reconhecem os participantes das Conferências Macy. A psiquiatria entendida como ciência social e também a psicologia são parte desse campo.

Dentre os representantes do campo personalidade e cultura, encontram-se Franz Boas e Edward Sapir, conhecidos da Linguística. Sapir, segundo Câmara Jr. (1961, p. 7-8), ao lado de Bloomfield, “desempenhou papel fundamental para o desenvolvimento da escola linguística norte-americana. Eles têm de comum a concepção antropológica da linguística, que lhes foi sugerida por Franz Boaz”. Porém, “ao contrário de Bloomfield, Sapir não encara a forma linguística dissociada do conteúdo significativo, e procura colocar a língua em suas associações inelutáveis com a psicologia e a lógica” (CÂMARA JR., idem, p. 11). Com uma abordagem mentalista da linguagem, Sapir adotou uma escolha teórica diferente da de Bloomfield, um mecanicista confesso, um anti-mentalista (PAVEAU e

SARFATI, 2006). Assim, entre cientistas sociais, psiquiatras, psicólogos, a antropologia culturalista e social de Boas e Sapir, representava esse grupo fundador da cibernética, para o qual deveria “ser possível agir sobre a psicologia dos indivíduos a fim de induzir as mudanças desejadas na sociedade global. (...) Compreendendo que o lugar já estava preparado para acolher as ideias novas da cibernética, da teoria da informação e da teoria dos jogos, as quais ofereciam a caução científica e técnica indispensável.” (DUPUY, 1996, p. 102-103).

Conforme Breton (1991, p. 147),

vários domínios especializados [do conhecimento] emergiam progressivamente dessa efervescência inicial. [Esses domínios] irão estabelecer-se atrás de fronteiras mais ou menos estáveis: a cibernética a partir de 1948, a inteligência artificial a partir de 1956, as teorias de auto-organização, a teoria dos sistemas a partir da década de sessenta, a tecnologia das comunicações de massa (telefone, televisão), que levanta vôo no pós-guerra, mas tarde a telemática, as teorias da comunicação interpessoal e, é claro, a informática que irá tornar-se uma especialidade integral desde o início da década de cinquenta.

Nessas condições de produção históricas que compreendem a conjuntura dos encontros da cibernética ao estabelecimento da informática, as ciências humanas, sobretudo a psicologia, mas também a antropologia, a sociologia, a filosofia e a linguística, interessadas nas questões relativas ao funcionamento do cérebro, têm uma atuação muito importante, embora muitas vezes conturbada.

Quanto à Linguística, Jakobson é um de seus representantes no grupo de cibernéticos. Ele participou da 5ª conferência Macy, dedicada à linguagem. Pouco depois de sua participação com o grupo, Jakobson escreve as seguintes palavras a Wiener:

Em cada momento, eu estava surpreso pelo extremo paralelo entre os problemas da análise linguística moderna e os problemas fascinantes que vocês discutiam. O modelo linguístico convém perfeitamente nas estruturas que vocês analisam e compreende-se ainda melhor a importância das perspectivas que nascem de uma cooperação consequente entre a linguística moderna e as

ciências exatas (24 de fevereiro de 1949 – Arquivos do MIT)
(SEGAL, p. 407).

As repercussões nos estudos do linguista e, conseqüentemente, no campo da linguística, da sua relação com esse grupo são muitas, sobretudo, a partir do conhecido texto *Linguística e Comunicação* (2007), que faz referência direta às ideias do grupo cibernético, sobretudo às de Claude Shannon e Warren Weaver... Ele chega a fazer uma analogia entre o computador e as ideias da cibernética, ao dizer que “o engenheiro da comunicação aproxima-se de modo mais adequado da essência do ato de fala e o que ouve têm a sua disposição mais ou menos o mesmo ‘fichário’ de representações pré-fabricadas” (JAKOBSON, 2007, p. 37).

Nessa perspectiva, vale trazer a definição de cibernética. Segundo David Aurel (1965, p. 35), a definição mais bela e mais completa da cibernética é aquela dada por M. Couffignal, a saber: “A cibernética é a arte de tornar a ação eficaz”. Essa definição vai ao encontro do pensamento de Wiener (1965 [1950], p. 16), para o qual a definição de cibernética comporta o controle e a comunicação como estando na mesma classe. Também colabora com o pensamento de Jakobson (2007) sobre a eficácia dos atos de fala e seu estudo sobre combinação e seleção e o duplo caráter da linguagem.

Numa retomada desse estudo, em 2017, ainda numa perspectiva da História das Ideias Linguísticas, trabalhei, a partir de notas de trabalho sobre a história da linguística e da cibernética, a noção de corte epistemológico, que, segundo Pêcheux, nada tem a ver com o projeto voluntarista de efetuar, na ciência, um “salto” fora da ideologia (...), para pensar a construção da noção de informação, já que, segundo Segal (2009) “duas ideias estão no centro da cibernética: a universalidade dos princípios de regulação e a definição da noção de informação para caracterizar esses fenômenos de regulação”.

Creio que, nesse sentido, a questão da universalidade e da cientificidade seja talvez o aspecto central que aproxima a linguística e a cibernética. A busca por encontrar uma língua universal ou uma estrutura universal das línguas ou, ainda, uma *língua pivôt* (AUROUX, 2000, p. 392) rondou sempre a história da linguística. Em outros termos, como diria Pêcheux e Gadet (2004, p. 19): “curar a ferida narcísica aberta pelo conhecimento da divisão.”

Como disse, trabalhei muito mais com notas esparsas sobre essa história longa e cheia de cruzamentos e controvérsias, do que com uma pesquisa profunda sobre a constituição e atravessamento constitutivo desses campos, mas, ainda que desse modo, os indícios apontam que seria preciso explorar Chomsky e sua aproximação com a máquina cibernética, que deu vida à teoria da gramática gerativa, na busca por uma “gramática universal fundada sobre as técnicas emprestadas às linguagens formais”, como nos lembra de Auroux (idem). Segundo Pêcheux e Gadet (2004, p. 22), “a linguística recomeça no MIT, inaugurando uma teoria científica da sintaxe que iria se tornar a Gramática Gerativo-Transformacional (GGT), associada ao nome de Chomsky.”

Emmon Bach (1979, p. 25-26), em *A Linguística Estrutural e a Filosofia da Ciência*, fala a respeito de Chomsky e o prefácio de *Estruturas Sintáticas* (1957), no qual o autor buscava dar mais clareza aos debates linguísticos modernos: “Um tipo de corolário desta tentativa de se chegar a uma teoria formalizada da linguística é o aumento do uso da linguagem da matemática e da lógica moderna na construção de um modelo linguístico.”

Mas essas “linhas de demarcação” disciplinares que foram constituindo politicamente a história da linguística me interessam para compreender como se constituem as teorias e como elas se demarcam no campo da ciência por relações de entremeio.

No caso da Linguística com a cibernética, como fizemos menção até aqui, mas também no da Análise de Discurso com a informática, já que, como nos conta Maldidier (2003), a relação de Pêcheux com a informática é talvez a sua maior originalidade. Para a autora, Pêcheux

não queria se servir [da informática], ele queria a fazer servir. Contrariamente aos primeiros procedimentos da inteligência artificial, a informática devia segundo ele permitir reformular as hipóteses, ir mais longe em uma leitura ‘em que o sujeito é ao mesmo tempo despossuído e responsável pelo que lê’ (MALDIDIÉ, 2003, p. 97).

É nesse sentido que a automatização se coloca para mim como questão central para reformular as hipóteses a respeito da própria AAD69, 50 anos depois.

2. A Análise de Discurso e a Informática

Pensar a automatização, hoje, é pensar no modo como os sentidos se constituem sócio-historicamente determinados pelo digital e os dispositivos técnicos que lhe dão “forma material” (ORLANDI, 1998). Nessa perspectiva, a automatização, tal como a compreendo, a partir do discurso digital, não se definiria apenas pelas máquinas (ou dispositivos técnicos) – compreendendo como parte desses dispositivos os algoritmos, os programas, os aplicativos, os dados – capazes de automatizar processos e discursos para deles extrair uma “série combinatória de suas variações superficiais” (PÊCHEUX et. al. 2014, p. 253), mas se definiria também pelas práticas sociais, políticas, teóricas e discursivas dos sujeitos. Práticas de leitura.

É preciso não esquecer a afirmação de Pêcheux, Léon, Bonnafous e Marandin (2014, p. 251), que as referências teóricas que a partir de 1966 presidiram a construção do dispositivo da AAD, se inscrevem no estruturalismo filosófico dos anos 60, que queria romper com uma “concepção religiosa da leitura”. Assim, essa compreensão da automatização está situada, evidentemente, na reflexão empreendida por Pêcheux sobre a automatização como capaz de tirar a leitura da “subjetividade interpretativa sem limites”, “prática espontânea” ou “objetivismo quantitativo”. Nesse sentido, o lugar da “prática” foi problematizado por Herbert/Pêcheux (2011, p. 24) que, ao pensar a prática científica, compreende prática como “todo processo de transformação de uma matéria-prima dada em um produto determinado, transformação efetuada por um trabalho humano determinado, utilizando meios de produção determinados”.

A partir dessa definição, Herbert/Pêcheux (2011, p. 25) vai estabelecer a “rede de determinações do todo complexo das práticas que constituem a prática social”, e indica como fatores determinantes da prática social, seu *modo de produção*: “quer dizer, a organização complexa das *forças de produção* (instrumentos de produção e forças produtivas)”, o que ele situa, no interior do todo complexo, do lado da prática técnica, “e das *relações de produção* (formas de relações sociais entre os produtores)”, o que ele situa do lado da prática política. Ancorado em Althusser, Herbert/Pêcheux segue observando que tanto a prática técnica quanto a prática política constituem a relação concreta da vida dos homens. É aí que reside meu interesse em pensar o processo

da automatização como relação concreta da vida dos homens, ou seja, prática técnica e política.

Toda essa reflexão de Herbert/Pêcheux está na base de sua empreitada para a construção de uma máquina de ler. Prática técnica, prática teórica, prática científica, prática social.

Ao comentar esse mesmo texto de Herbert/Pêcheux, Paul Henry (2014, p. 13), em *Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969)*, destaca que o autor “objetivava ao desenvolver a análise automática do discurso fornecer às ciências sociais um instrumento *científico* de que elas tinham necessidade, um instrumento que seria a contrapartida de uma abertura teórica em seu campo.”

Nas palavras de Maldidier (2003, p. 22), “A ‘máquina discursiva’ da *Análise Automática do Discurso* é a oficina em que se apreende o objeto novo. Aqui ele tem nome: ‘processo discursivo’, ‘processo de produção do discurso’. O *discurso* deve ser tomado nas relações e nos procedimentos imaginados pelo mecânico-teórico Pêcheux”.

Esses procedimentos têm a informática como recurso primordial, mas sempre ligados à teoria. A *análise automática*, segundo Maldidier, diz respeito a um “dispositivo técnico complexo informatizado” inscrito nas práticas e instrumentos científicos. Esse dispositivo que se quer um instrumento científico seria “o primeiro modelo de uma máquina de ler que arrancaria a leitura da subjetividade.”

Se nesse primeiro momento, o de uma “construção febril”, na expressão de Maldidier (2003), o problema da leitura se liga ao de uma máquina de leitura não subjetiva, que passa pelo tratamento informático, ele é também um momento de reflexão sobre esse objeto novo, o discurso, e sua constituição por uma dupla espessura, a sintática e a semântica. É um momento crucial para a compreensão de Pêcheux e seu grupo, como sabemos, sobre a determinação exterior do discurso, por meio das condições de produção. No entanto, a construção do algoritmo da AAD69, coloca muitos “entraves” ao problema da constituição do sentido, no que diz respeito às metáforas e deslizamentos, por exemplo. Nas palavras de Pêcheux (2011, p. 281), num texto originalmente publicado em 1981, alguns dos procedimentos da AAD69 “ficam distantes de um acordo, quanto à apreensão deste jogo entre o mesmo e o outro, que caracteriza a heterogeneidade contraditória de todo campo de arquivo.” Ainda segundo o autor, “os

procedimentos da AAD69 ficam bem mais próximos do que eu poderia supor na época das evidências empírico-lógicas da leitura.”.

E, nessa retrospectiva crítica da AAD69, reflete ainda:

Quanto à recusa histórica de toda linguagem lógica de representação *a priori*, parece cada vez mais justificada no domínio da informática em ciências humanas, face ao alargamento previsível da influência das línguas lógicas de referentes unívocos, importados do domínio das ciências naturais, das tecnologias industriais ou dos dispositivos de gestão-controle administrativos. Mas manter essa posição não implica necessariamente que a análise de discurso informatizada deve tender a realizar uma auto-leitura da estrutura do corpus pelo corpus ele mesmo, como a AAD69 subentendia: não seria finalmente senão uma nova teologia, uma *teologia da estrutura* escorada em uma concepção ortopédica do conhecimento; em síntese, a informática como prótese da leitura, máquina de lavar dos textos, ou aparelho de raio X!

Há uma inquietação e uma recusa, como afirma Pêcheux, sobre o domínio da informática em ciências humanas, cuja expansão tendia a corroborar e produzir referentes unívocos. Tomada como “prótese da leitura, máquina de lavar dos textos, ou aparelho de raio X!”

3. Da AAD69 ao RCP Adela: a questão do corpus e do arquivo

Podemos dizer que desde o início, com a Análise automática do discurso, até o fim, com a RCP Adela (Recherche Coopérative Programée - Analyse du discours e lecture d'archive), o problema da leitura foi central. Como mostrou Maldidier:

No título de ADELA se ouve a novidade do ângulo de ataque escolhido por Michel Pêcheux. À questão da análise de discurso se junta agora a das leituras de arquivo. Se o problema da leitura colocado desde AAD69 ressurgiu, é de uma maneira radicalmente nova que é abordado. De pronto, o termo foucaultiano de “arquivo” coloca a leitura em um horizonte que não é mais o da máquina de ler”, mas o do confronto com os textos sócio-históricos mais diversos (MALDIDIER, 2003, p. 70-80).

É nesse sentido que, no início dos anos 80, já com o colóquio das Materialidades Discursivas (1981), o problema da leitura, que nunca deixou de estar no centro das reflexões em torno da construção do objeto discurso, se liga à questão do arquivo, “em confronto com os textos sócio-históricos mais diversos” (MALDIDIER, 1980). Nesse colóquio, a questão do arquivo, do corpus e do objeto discursivo se colocam como centrais para se pensar as materialidades a partir da questão posta por Pêcheux na Abertura do colóquio: sabemos nós o que é ler? Como se desprender da evidência teológica do sentido? Naquele momento, a questão da construção de um dispositivo de leitura que permitisse ao leitor “ver de fora aquilo no interior do qual o olhar é tomado” (PÊCHEUX, 2016) se dá em torno do trabalho com as formulações.

Como afirmei, para a Análise de Discurso, essa relação com as “linhas de demarcação” é completamente singular, pela sua natureza. É ainda Maldidier (2003, p. 80) que afirma que “de uma maneira grandiosa, ela [a AD] buscava, sob o signo da Ciência, estabelecer relações entre “continentes de saber”, ela atravessava recortes universitários impostos pela ideologia dominante. Ela convocava a História, à distância da historiografia, dos trabalhos disciplinares da sociologia ou da etnologia. O retorno às disciplinas é um retorno ao real.”

Particularmente, o que me interessa nesse momento, tendo como ponto de partida esse “retorno ao real”, esse atravessamento dos recortes universitários impostos pela ideologia dominante, é aquilo que em torno do projeto Análise Automática do Discurso (AAD 69) e do Análise do Discurso e Leitura de Arquivo (Adela), permanece como uma questão central: o debate sobre o corpus e a questão do arquivo, do qual a leitura é inseparável, já que toda a reflexão sobre os grande corpora, no projeto da AAD69 coloca a leitura no horizonte das máquinas de ler, ao passo que no ADELA, com a noção de arquivo, a leitura ganha um outro estatuto, “em confronto com os textos sócio-históricos mais diversos” (MALDIDIER, 1980)

No texto “Curta crítica para uma longa história”, publicado em 1979 na revista *Dialectiques*, Guilhaumou e Maldidier dizem o seguinte sobre o procedimento inaugural da Análise do Discurso.

Desde a origem a análise de discurso se pretendeu uma disciplina rigorosa e emprestou seu modelo de cientificidade da linguística distribucional americana: análise formal, exaustividade, sistematicidade, e corolário, recusa da intuição, do recurso ao sentido e ao saber extralinguístico. Esses princípios são geralmente comuns aos pesquisadores que nós situamos no campo da análise do discurso, tenham eles recorrido ou não ao método harrisiano.

Após alguns anos de prática, parece que esta “cientificidade” tem uma contrapartida: ela se torna fonte de dificuldades. Como se o próprio procedimento induzisse a bloqueios. Uma hipótese explicativa: este procedimento não imitaria o modelo linguístico?

Essa questão teórica sobre a própria teoria foi levada sempre muito a sério por Pêcheux. No texto “Análise de discurso e informática”, escrito em 1981, o autor faz uma retomada do procedimento da AAD69, mostrando suas fragilidades no tocante ao tratamento “automático” da leitura. Mas também mostrando diferenças em relação ao distribucionalismo americano, ligado a Harris. Para o autor (PECHEUX, 2011, p. 275), os domínios dos estudos do “discourse analysis” no espaço anglofone é “ocupado principalmente por métodos de análise de conteúdo, pondo em prática, sobre corpora textuais de dimensão variável, uma leitura que podemos chamar “artificial”, na medida em que esta leitura supõe o retorno a um certo número de operações sistemáticas de lematizações, extração, contagem, comparação, etc...” E prossegue: “O caráter artificial desta leitura apenas se torna mais evidente quando o recurso à informática impõe a explicitação dessas operações através dos algoritmos.”

O trabalho de Jacqueline Léon (p. 144) sobre a “história da automatização da linguagem”, publicado em 2015 traz em linhas gerais, a importância do trabalho de Harris para a documentação automática, e também para “a implementação da paráfrase como pedra angular da construção discursiva”.

Sobre o momento documental, cabe dizer a partir da leitura de Alves (2019), em seu estudo de doutorado:

No pós-guerra, a documentação automatizada, que inclui a análise automática de documentos e a pesquisa automática de

informações, ganha, junto com a tradução automática, desenvolvimento acelerado. Colóquios acerca de tratamento da informação são realizados no final da década de 1950 nos Estados Unidos. Na França, o desenvolvimento da automatização de sistemas documentários se dá no início dos anos 1960.

Um dos primeiros sistemas de análise e classificação documental na França é o Syntol (Syntagmatic Organization Language), em torno do qual reside todo o interesse de automatização de textos no país. Concebido pelo lógico e arqueólogo Jean-Claude Gardin, o Syntol tinha dois objetivos: traduzir um texto escrito da linguagem natural a uma linguagem normatizada, com uma sintaxe própria, e proceder a pesquisas automáticas nesses documentos.

A pesquisadora prossegue, com Léon (2015, p. 139-140):

a ideia era de que o sistema fosse um ‘léxico de base’ comum a todas as ciências humanas e sociais em função da necessidade de cada uma. O Syntol era, portanto, uma linguagem artificial cujas unidades deviam ser unívocas e não ambíguas.

É aí que Pêcheux e Paul Henry passam, de maneira crítica, a questionar já trazendo isso para a Análise Automática do Discurso, em 1969, os procedimentos da análise documental do Syntol. Conforme Léon (2015, p. 147) “eles criticam particularmente a redução das sinonímias e das polissemias da linguagem natural nas linguagens documentais, onde os termos têm um sentido unívoco e consensual para uma disciplina dada.”

Segundo Léon (2015 p. 148), Henry vai mostrar que a análise efetuada pelo Syntol não guarda nenhum traço do deslizamento de sentido. Quanto à Pêcheux (1968), questiona as classes de equivalências dadas a priori, como as do Syntol, e propõe uma

‘técnica de análise do discurso’ onde as classes de equivalências não são dadas a priori, mas são resultados: depois de ter avaliado a comparabilidade semântica de duas configurações, formam-se cadeias de similitudes semânticas suscetíveis de serem reagrupadas em classes de equivalências ou *domínios*

semânticos. Podemos dizer que a AAD69 foi concebida como um sistema de análise do discurso alternativo aos sistemas documentais.

Vejam aqui que toda a construção teórica e técnica da AAD69 vai ser pensada a partir do corpus, o que vai colocando a teoria num lugar de não anterioridade em relação à análise. O problema do corpus e do tratamento automático, da leitura automática de grandes corpora.

No texto *Análise de discurso e informática*, Pêcheux (2011, p. 275) afirma que:

o objetivo da análise textual informatizada seria o de construir procedimentos automáticos de *leitura-tradução*, indo da superfície dos textos a uma representação formalizada não ambígua suscetível de se prestar a diversos cálculos (lógicos, semânticos etc...) que não suportam as línguas naturais: em resumo, se trataria de “limpar” os textos para deles extrair o sentido unívoco, como se quiséssemos nos livrar dos embaraços (ambiguidades, deslizamentos etc...) da linguagem natural, a fim de nos encontrarmos o mais rápido possível nesses espaços logicamente estáveis que convém chamar de “línguas de representação”.

É, pois, essa evidência da leitura que ele vai colocar em questão em torno da noção de ideologia, da leitura ideológica. No entanto, sublinha que “os procedimentos da AAD 69 ficam bem mais próximos do que poderia supor na época, das evidências empírico-lógicas da leitura. Ainda uma vez: o equívoco da relação com Harris!”

Mas Pêcheux (2011, p. 280) direciona esse “balanço sobre os diferentes aspectos filosóficos, sócio-históricos, linguísticos e informáticos engajados neste empreendimento interdisciplinar” (o da AAD69), para algumas conclusões, dentre elas, especialmente a de que o grupo tem meios de

sustentar sobre o terreno da informática, a tese segundo a qual as ambiguidades, metáforas e deslizamentos próprios às línguas naturais são propriedades incontornáveis do campo da análise de discurso, que se diferencia por essa razão mesma de toda

perspectiva estritamente informacional, documentária ou “intelectiva”. Um corpus de arquivo textual não é um “banco de dados” (PÊCHEUX, 2011 [1981], p. 281).

Toda a discussão sobre a abertura do corpus, empreendida por Guilhaumou e Maldidier (2016 [1986]), no texto *Efeitos de Arquivo*, mostra que, com o desenvolvimento da Análise de Discurso, os autores passaram a considerar a complexidade do fato arquivístico, ou seja, passaram a considerar a opacidade do arquivo. Num primeiro momento, porém, segundo os autores, “a Análise de Discurso clássica recortava seu *corpus* de um arquivo que tinha como origem séries textuais impressas, já compiladas e analisadas pelos historiadores. Quando nos interessávamos pela sua materialidade, nós a tomávamos com uma evidência” (p. 115). Em *Breve Crítica para uma longa história*, escrito em 1979, Guilhaumou e Maldidier (2016, p. 97) contam que “o *corpus* resultava de uma ‘operação de extração’, por palavra-chave, assim como o *corpus* do gramático.”

É mais tarde que o trabalho com o *corpus* por meio de um dispositivo de arquivo vai permitir observar o arquivo em sua espessura semântica, em sua materialidade.

Nessa perspectival, Léon e Pêcheux (2011 [1982], p. 165) afirmam que “um corpus é um sistema diversificado, estratificado, disjunto, laminado, internamente contraditório, e não um reservatório homogêneo de informações ou uma justaposição de homogeneidades contrastadas.” Ou seja, o que a Análise de Discurso chama dispositivo de arquivo é o confronto do objeto de análise (texto, imagem, filme, etc.) com a história, o trabalho com o *corpus*, o que nos permite, do ponto de vista do método, construir o discurso como objeto.

Ainda num outro texto, também de Guilhaumou e Maldidier (2016 [1990], p.237), os autores dizem:

A interpretação se constrói no próprio modo como se agenciam os argumentos, os relatos, as descrições. Assim, o sentido não é jamais colocado em relação a um exterior não linguageiro: ele se constrói por dispositivos de arquivo em que se manifesta a materialidade da língua. (...) Assim, do lado do arquivo, o sentido é convocado a partir de uma diversidade máxima de

textos, de dispositivos de arquivo específicos sobre um tema, um acontecimento, um itinerário.

Todos esses deslocamentos que vão se produzindo, no âmbito da Análise de Discurso em relação ao arquivo e à construção dos *corpora* ao longo dos anos 80, até os anos 90, vão constituindo o arquivo enquanto materialidade constituída pelo interdiscurso, aquele que “caracteriza esse corpo de traços como materialidade discursiva”, que “se inscreve através de uma língua” (PÊCHEUX, 2011 [1983], p. 313-314). Daí, a dupla materialidade do arquivo e da língua constituírem a base da Análise de Discurso, já que é dessa dupla materialidade, no movimento de descrição, que se constrói o sentido, nunca dado *a priori*.

4. A Análise do discurso digital e o problema da leitura dos arquivos e da construção de corpora

Feito todo esse longo percurso introdutório que situa minha reflexão no âmbito de uma problemática epistemológica mais ampla, mas também objetiva mostrar a fluidez das linhas de demarcação do problema da automatização no campo da Linguística e no da Análise de Discurso, trago, mais para o foco desse artigo, o sentido da automatização tal como venho pensando pelo discurso digital e seus efeitos para a maquinaria dos sentidos. Uma questão que dirige os sentidos do que direi a seguir é: estaríamos lidando hoje, considerando a leitura e a constituição dos arquivos de pesquisa, bem como a delimitação de corpus em Análise de Discurso com os “dispositivos tranquilizadores” de que Pêcheux se afastou ao propor as máquinas paradoxais: um trabalho sobre os algoritmos? (PÊCHEUX, 2014 [1983], p. 311). Estaríamos pegos nas evidências empírico-lógicas da leitura que se daria por um processo de automatização das práticas discursivas? Automatização dos modos de circulação dos discursos pelo digital que vem produzindo mudanças importantes em distintos campos disciplinares, como o jornalismo, a educação, mas também na sociedade como um todo: nos relacionamentos, na mobilidade, na empregabilidade, na política, na democracia.

Nesse sentido, é preciso que os diferentes campos de conhecimento, as diferentes áreas disciplinares comecem a se mobilizar para debater formas de produção de saberes, de instrumentos teóricos para enfrentar

esse processo em curso, que diz respeito à automatização da produção e da circulação dos sentidos, que diz respeito à automatização da leitura.

Como procurei mostrar, a cibernética e a teoria da informação marcaram o campo das ciências humanas em geral e o da linguística em particular. Quanto à Análise de Discurso, não resta dúvida que a informática e os processos de automatização pela tradução automática e pela pesquisa documental foram determinantes no seu início.

Pêcheux (2011), ao escrever o texto *Foi “propaganda” mesmo que você disse?* talvez não imaginasse onde as técnicas de propaganda nos levariam. Talvez, hoje, ele dissesse sobre as tecnologias digitais, o que disse sobre a propaganda “Guerra permanente preventiva instalada no interior da paz social, dispositivo essencial do Estado capitalista autoritário moderno, se faz com imagens e palavras, sentimentos, ideias e gestos. É, pois, evidentemente, um negócio de psicologia.” (id., p. 74)

Paveau (2017), chama a atenção para o fato de que a *Analyse du Discours Numérique (ADN)* recoloca a questão da construção do corpus, já largamente debatida na Análise de Discurso. Na esteira dessa posição, meu interesse nessa discussão seria pensar o corpus como materialidade do arquivo, sendo este último inseparável do problema da leitura. Lembremos, com Guilhaumou (2009) que o arquivo não é um simples material de onde se extraem fatos de maneira referencial; ele participa sobretudo de um *gesto de leitura* no qual se atualizam as configurações significantes.

Como ler milhares de dados produzidos a cada minuto nas redes sociais, blogs, vídeos, fotos, comentários, postagens, tuítes, enfim, nas mídias sociais em geral? Como ler um arquivo digital hoje, produzindo nele estratificações, disjunções, como enfim, construir *corpus* de uma estrutura de dados que em geral chega ao pesquisador como um “um reservatório homogêneo de informações ou uma justaposição de homogeneidades contrastadas”?

Se nos anos 80 é o termo arquivo que faz ressurgir o problema da leitura de uma maneira nova, para além do horizonte das máquinas de ler, hoje, é o termo digital que a faz ressurgir no horizonte dos dispositivos móveis e das mídias sociais. É dessa maquinaria discursiva estrutural digital que o processo de interpretação se produz.

Num texto escrito em 2005, intitulado: *Arquivos digitais: da desordem narrativa à rede de sentidos*, eu abordei a banalização da “prática do arquivo” com o digital. Basta que tenhamos um computador ou um

smartphone e estamos em relação com os arquivos, tomados “em sua estabilidade, enquanto um conjunto de materiais dados” (DELA-SILVA, p. 259). Como tenho dito, desde aquela época, mesmo que a internet tenha mudado muito: nunca se arquivou tanto. A arrogância dos literatos que se protegem em seu arquivo particular ou a modéstia dos cientistas de arquivo que não se perguntam quem os utiliza, como nos mostrou Pêcheux (2010 [1981]), está aí com toda força e somos todos nós arrogantes ou modestos acumuladores de arquivo.

Somos, hoje, exploradores desse material “de arquivo”, criando uma gigantesca maquinaria de esquecimento? Ou somos acumuladores de arquivo criando uma gigantesca maquinaria de não/esquecimento.

Serviços de armazenamento e sincronização de arquivos, ou apenas de armazenamento em nuvem, como Google Drive, One Drive, Dropbox, ou mecanismos de busca como o Google, automatizam nossa relação com o arquivo e mesmo com o gesto de arquivar e com a pesquisa e o gesto de pesquisar. Qual a consequência dessa automatização para o trabalho de leitura dos arquivos?

Minha questão, nessa perspectiva, é:

que relação com o não/esquecimento ou com um esquecimento “barrado”, temos estabelecido quando lidamos com bilhões de dados em expansão e sob a ilusão de uma memória infalível, sempre que recorremos aos dispositivos digitais, providos de uma memória que rege os espaços de circulação dos sentidos e onde tudo se mantém? (DIAS, 2018, p. 68)

A questão trazida por Pêcheux (2011, p. 282), “um corpus de arquivo textual não é um banco de dados” cabe muito bem, hoje, para pensarmos nossa relação com a leitura. Estaríamos construindo uma “teologia da estrutura escorada em uma concepção ortopédica do conhecimento; em síntese, a informática como prótese de leitura?”.

Essa grande quantidade de dados digitais arquivados constrói as coisas-a-saber como “puras potencialidades”, como afirma Robin: “não se sabe se alguém vai utilizá-las um dia [a mordaz modéstia dos cientistas de arquivo], mas sua conservação está (pelo menos na teoria) assegurada. É para esse fim que o arquivamento funciona” (ROBIN, 2016, p. 216).

É aqui que a Análise de Discurso entra, como espaço polêmico das leituras de arquivos em meio ao sentido da automatização da leitura, como venho trabalhando.

Não é que não havia, com a imprensa, a televisão, o rádio, os museus, os arquivos históricos etc. uma *massa gestora do sentido*, o que muda com o digital é que essa massa institucionalizada se automatizou e produziu de modo mais profundo a ilusão de uma neutralidade política, sobre um modo de gestão dos arquivos. E esse modo de gestão de arquivo é também um modo de gestão da vida do sujeito.

Desse modo, o que estou afirmando é que os arquivos, as tecnologias baseadas em transmissão de arquivos digitais, etc., que estão presentes em várias instâncias da nossa vida cotidiana, têm produzido espaços estabilizados que fazem parte do nosso gesto de leitura e de interpretação enquanto sujeitos, que se dá, segundo Orlandi (1998, p. 84), por “um *dispositivo ideológico* com seu efeito de evidência”.

Ainda refletindo sobre esse dispositivo ideológico, caberia apontar para a afirmação de Orlandi (idem.) de que a injunção à interpretação tem sua forma e suas condições. Se formos pensar na forma dessa injunção, hoje, diríamos que o digital coloca o sujeito numa relação com a interpretação que é determinada por essa maquinaria do sentido, por essa “injunção ao arquivamento”, cuja condição de produção é a do “capitalismo do *like*”, que faz arquivo, pois, a cada *like* que damos em uma rede social, os arquivos do sujeito se atualizam.

Isso tem consequências importantes para a leitura, pois lemos ao mesmo tempo em que somos lidos pelos algoritmos que, talvez, tenhamos a ilusão de fazer trabalhar a nosso favor quando novamente, buscamos na rede, ajustamos os elementos da busca, utilizamos alternativas tecnológicas que consideramos mais “neutras”.

Essa é uma característica não negligenciável dos arquivos digitais que deve se definir pelos modos de produção e pelo funcionamento discursivo e, portanto, ideológico, do digital.

Estou aqui apontando para uma gestão administrativa dos arquivos que não passa pelo controle do Estado (o que não significa que a figura do Estado não esteja presente) mas pelo chamado Clube dos Cinco (ZUAZO, 2018): Google, Microsoft, Facebook, Apple e Amazon. Seriam eles os grandes gestores da nossa relação com os arquivos? Nessa perspectiva, estaria também apontando para um processo de determinação do sujeito por essas Grandes Plataformas.

Diante dessas inquietações a questão dos arquivos digitais se impõem naquilo que diz respeito à “divisão social do trabalho de leitura” ou ao risco, como mostrou Pêcheux (2010, p. 52) em *Ler o arquivo hoje*, de se “considerar os procedimentos de interrogação de arquivo apenas como um instrumento neutro e independente e não ver o efeito político e cultural que não pode deixar de resultar de uma expansão da influência das línguas lógicas de referentes unívocos, inscritas em novas práticas intelectuais de massa.” Precisamos interrogar o arquivo digital e, no campo teórico-analítico, realizar “um real trabalho de arquivos”, como alertou Orlandi (2012), em tempos em que o Google tem o monopólio dos dados, o Facebook o monopólio da informação, e assim por diante. Retomemos, ainda, Pêcheux (2010, p. 55) que apontando para o risco de uma “normalização asséptica da leitura e do pensamento, e de um apagamento seletivo da memória histórica” cita Kundera: “quando se quer liquidar os povos, se começa a lhes roubar a memória”.

Com isso, voltemos para a maquinaria dos sentidos produzida por esse modo de gestão de arquivos pelas Grandes Plataformas. A questão mais direta que a partir dessas primeiras reflexões quero colocar é: como se produz essa maquinaria?

No que se refere ao gesto de interpretação do sujeito comum, basta cada um de nós refletir sobre nossas práticas cotidianas. Como nos deslocamos, como compramos, como nos relacionamos, como buscamos nos informar, como buscamos nosso lazer? Os sistemas lógico-digitais não estão aí para tudo organizar, para arranjar todas as unidades, facilitando a gestão cotidiana da vida? Tudo está ranqueado para facilitar nossas “escolhas”... O melhor restaurante, o melhor caminho, o mais rápido, o filme melhor avaliado etc. Ao utilizarmos ferramentas de busca, por exemplo, para encontrar o que ler, prática cotidiana e automática, estamos lidando com espaços logicamente estabilizados de gestão de leitura. Nesse sentido, os arquivos digitais, em primeira instância, são espaços logicamente estabilizados com poucas chances, dentro da maquinaria dos sentidos, de desestabilização. Um lugar confortável com o qual se identificar.

Mas e no que se refere ao gesto de interpretação do sujeito analista? Aí reside minha questão fundamental. Como organizamos nossos arquivos de pesquisa afetados por essa maquinaria dos sentidos que passa pela automatização da leitura?

Como lidamos teoricamente com algo que está naturalizado na nossa prática cotidiana de vida? Que dispositivo construímos para nos distanciarmos do arquivo nosso de cada dia? Como passamos do ato de arquivar para o gesto de ler, que implica a construção do dispositivo teórico de leitura de arquivos?

É preciso destacar, com Orlandi (1998, p. 85), que não se trata de supor em nenhuma hipótese “uma posição neutra do analista em relação aos sentidos. Não só ele está sempre afetado pela interpretação, como um dispositivo analítico marca uma posição em relação a outras.” No entanto, o dispositivo, segundo a autora, “é capaz de deslocar a posição do analista, trabalhando a opacidade da linguagem, a sua não-evidência, e, com isso, relativizando a relação do sujeito com a interpretação.”

O digital ampliou as possibilidades de constituição dos arquivos, ele mexeu num certo modo de gestão da memória pelas instituições. Se na AAD 69 o arquivo da pesquisa era selecionado pelo pesquisador e depois ele passava pelo tratamento automático, hoje, ele já vem automatizado.

Se num determinado momento histórico da Análise de Discurso a mídia impressa (imprensa, sindicatos, etc.), mas também movimentos organizados e com filiações bem marcadas, com palavras de ordem equívocas, mas localizáveis, se prestavam à constituição de nossos arquivos (imprensa revolucionária, manifestação do partido comunista, revista ligada ao movimento dos trabalhadores, Atas das reuniões do Comitê de Defesa Proletária, etc.) por um processo de leitura de arquivo, hoje, em muitos casos na pesquisa, reunimos os materiais por um processo de busca na Internet, pelo qual já somos lidos.

Diante disso, como construímos nossos arquivos digitais, já que basta um comando, uma palavra-chave e o buscador ou o programa e eles lêem por nós, fazendo surgir o “arquivo” da nossa pesquisa. Com que consequências e procedimentos discursivos?

Dito de outro modo, quais implicações em termos de procedimentos de leitura tem um arquivo de natureza digital? Como pensamos o arquivo diante dessa mudança na divisão social do trabalho de leitura e interpretação?

No meu entender, é preciso discutir a natureza do digital ao refletir sobre arquivo? A questão aqui seria se a Análise de Discurso preside a constituição do corpus ou é o digital e seus dispositivos algorítmicos que preside essa constituição?

É aí que venho questionar a relação de leitura dos arquivos digitais no fazer científico: ao produzirmos nosso arquivo de pesquisa por meio de um sistema de busca ou programa de raspagem de dados, por palavras-chave, não estaríamos produzindo universos logicamente estabilizados? O problema da leitura não se reduziria aí a um “tratamento da informação” por meio de uma “operação” tecno-lógica que seleciona “sequências” algorítmicamente? Não produziria esse modo de construção do arquivo um “fechamento da situação de interpretação”? Um fechamento do próprio *corpu*, na medida em que esses sistemas fazem uma espécie de “operação de extração”?

Como venho sinalizando, é o procedimento analítico e o dispositivo teórico que podem nessa instância, fazer a diferença. Penso que é a ideia da materialidade do arquivo que nesse sentido deve sempre ser retomada em relação à constituição de *corpus*, e, desse modo, é preciso lembrar que a materialidade do arquivo é constituída na discursividade digital.

A partir disso, considero que a questão do “dispositivo teórico da interpretação” em Análise de Discurso é o lugar de investimento mais importante que devemos enfrentar, pois esse dispositivo é “aquilo que permite ao sujeito, pelo trabalho da interpretação e da descrição, uma leitura outra do que está dito”, do que está posto, do que está dado, do que é dado. O dispositivo teórico é a possibilidade, enfim, de saída da maquinaria de esquecimento em que se transformou nossa mania de arquivo, pois é desse modo que construiremos instrumentos teóricos para compreender o funcionamento dos discursos no interior do arquivo.

Não esqueçamos da advertência de Pêcheux (2010, p. 59): “a prática da informática exige dos analistas de discurso uma construção explícita de seus procedimentos de descrição...” Continuando com o autor, “é a este preço que se poderá evitar substituir questões por “objetivos operacionais” (...) que derivam mais da gestão administrativa e do sonho logicista de língua ideal que da pesquisa científica fundamental”.

Lembremos, por último, que a análise de discurso tem como objeto as discursividades de espaços discursivos não estabilizados logicamente e isso resulta em um certo número de consequências teóricas e de procedimento que não podemos negligenciar ao trabalharmos com os arquivos digitais.

Referências Bibliográficas

- AUREL, D. (1965). *La cybernétique et l'humain*. Paris: Gallimard.
- AUROUX, S. (2000). *Histoire des idées linguistiques*. Tome 3: L'hégémonie du comparatisme. Paris: Mardaga.
- BRETON, P. (1991). *História da informática*. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo. Editora Unesp.
- CAMARA JR., M. (1961). "Do tradutor ao leitor". In: SAPIR, E. *Linguística como ciência*. Trad. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- DIAS, C. (2018). *Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas: Pontes,
- _____. (2012). "Movimento da cibernética, saberes linguísticos e constituição do sujeito". In: FERNANDES, A. C.; MARTINS, R. (orgs.). *Linguagem e tecnologia*. Campinas: Editora RG, p. 11-23.
- _____. (2005). "Arquivos digitais: da des-ordem narrativa à rede de sentidos". In: GUIMARAES, E.; BRUM DE PAULA, M. (orgs.). *Sentido e Memória*. Campinas: Pontes, p. 41-56.
- BACH, E. (1979). "A lingüística estrutural e a filosofia da ciência". In: *Novas perspectivas linguísticas*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- GUILHAUMOU, J. (2009). *Linguística e história: percursos analíticos de acontecimentos discursivos*. São Carlos: Pedro & João Editores.
- DUPUY, J-P. (1996). *Nas origens das ciências cognitivas*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Unesp.
- GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. (2016). "Efeitos de arquivo". In: GUILHAUMOU, J. et. al. *Discurso e arquivo: experimentações em análise do discurso*. Trad. Carolina Fedatto; Paula Chiaretti. Campinas: Editora da Unicamp, p. 115-140.
- _____. (2016). "Breve crítica para uma longa história". In: GUILHAUMOU, J. et. al. *Discurso e arquivo: experimentações em análise do discurso*. Trad. Carolina Fedatto; Paula Chiaretti. Campinas: Editora da Unicamp, p. 95-114.
- _____. "Novos gestos de leitura ou o ponto de vista da Análise de Discurso sobre o sentido". In: GUILHAUMOU, J. et. al. *Discurso e arquivo: experimentações em análise do discurso*. Trad. Carolina Fedatto; Paula Chiaretti. Campinas: Editora da Unicamp, p. 235-246.
- HENRY, P. (2014). "Os fundamentos teóricos da "análise automática do discurso" de Michel Pêcheux (1969)". In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel*

Pêcheux. Trad. Bethania Mariani et. al. Campinas: Editora da Unicamp, 5ª ed.

HERBERT, T. (2011). “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social”. Trad. Mariza Vieira da Silva e Laura Parisi. In: ORLANDI, E. (org.) *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Textos selecionados. Campinas: Pontes, p. 21-54.

JAKOBSON, R. (2007). *Linguística e comunicação*. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix.

LEON, J. (2015). *Histoire de l'automatisation des sciences du langage*. Lyon: ENS Editions.

MALDIDIER, D. (2003). *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes.

ORLANDI, E. (1998). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 2ª ed.

_____. (2012). *Discurso em análise*. Campinas: Pontes.

PAVEAU, M-A; SARFATI, G-E. (2006). *As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática*. Trad. Rosário Gregolin et. al. São Carlos: Claraluz.

PAVEAU, M-A. (2017). *L'analyse du discours numérique: dictionnaire des formes et de pratiques*. Paris: Hermann Éditeurs.

PÊCHEUX, M. (1997). “Ler o arquivo hoje”. In: ORLANDI, E. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2ª ed.

_____.; GADET, F. (2004). *A língua inatingível: o discurso na história da Linguística*. Trad. Bethania Mariani et. al. Campinas: Pontes.

_____. (2011). “Foi “propaganda” mesmo que você disse? Trad. Eni Puccinelli Orlandi. In: ORLANDI, E. (org.) *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Textos selecionados. Campinas: Pontes, p. 73-92.

_____. (2011). “Leitura e memória: projeto de pesquisa”. Trad. Tânia Clemente de Souza. In: ORLANDI, E. (org.) *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Textos selecionados. Campinas: Pontes, p. 141-150.

_____.; LÉON, J. (2011). “Análise sintática e paráfrase discursiva”. Trad. Claudia Pfeiffer. In: ORLANDI, E. (org.) *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Textos selecionados. Campinas: Pontes, p. 163-173.

_____. (2011). “Análise de Discurso e informática”. Trad. Cristiane Dias. In: ORLANDI, E. (org.) *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Textos selecionados. Campinas: Pontes, p. 275-282.

_____. et al. (2014). “Apresentação da análise automática do discurso (1982)”. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania Mariani et. al. Campinas: Editora da Unicamp, 5ª ed., p. 251-279.

_____. (2016). “Abertura do colóquio”. In: CONEIN, B. et. al. (orgs.) *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 23-29.

ROBIN, R. (2016). *A memória saturada*. Trad. Cristiane Dias; Greciely Costa. Campinas: Pontes.

SEGAL, J. (2003). *Le zéro et le un*. Histoire de la notion scientifique d’information au 20e siècle. Paris: Editions Syllepse

WIENER, N. (1965). *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. Trad. José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2ª ed.

ZUAZO, N. (2018). *Los dueños de internet*. Buenos Aires: Debate.

Palavras-chave: Automatização, Arquivo, Leitura, Discurso Digital

Keywords: Automation, Archive, Reading, Digital Discourse.

Notas

* Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente, é pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos – Labeurb-Nudecri-UNICAMP. Também, é docente do Mestrado em Divulgação Científica e Cultural e da Especialização em Jornalismo Científico do Labjor.

¹ Ver DIAS (2012).